

ARTIGO

MARTIN LUTHER KING JR.: AS RAÍZES DE UMA LUTA CONTRA O RACISMO

FRANCILENE PARENTE

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora de Antropologia da Faculdade de Etnodiversidade da UFPA/Campus Universitário de Altamira. Professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA) e Educação Escolar Indígena (PPGEEI/UEPA-UFPA-UNIFESSPA-UFOPA). Uma das líderes do Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (GEABI/UFPA)

E-mail: faparente@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2740-9343>

MARCELO RAMOS SALDANHA

Doutor em filosofia Universidade da Beira Interior. É professor do Programas de Pós-Graduação em Teologia das Faculdades EST. É vice coordenador do Grupo de Pesquisa *Identidades, sociabilidades e diversidades religiosas na contemporaneidade*.

E-mail: marcelo.saldanha@est.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4690-1483>

CÉSAR MARTINS DE SOUZA

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA e do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, da UFPA.

Editor da Nova Revista Amazônica.

E-mail: cesarmartinsouza@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4530-4844>

RESUMO: Martin Luther King Jr. foi vitimado pelo racismo em 1968 em Memphis, no Tennessee, e desde 1983, os Estados Unidos celebram um feriado em sua homenagem. No presente artigo analisamos alguns de seus discursos, dialogando com suas biografias e os comentários de estudiosos da vida e do legado desse pastor, buscando compreender seu tempo histórico e a formação de sua teologia, para entender os alcances de sua teologia negra na luta pelos direitos civis aos afroamericanos. Assim, buscaremos descortinar um pouco da complexidade desse importante personagem do século XX considerado por James Cone como mais importante teólogo da história americana.

PALAVRAS-CHAVE: Martin Luther King Jr, Racismo, Teologia negra, Direitos civis

MARTIN LUTHER KING JR.: THE ROOTS OF A STRUGGLE AGAINST RACISM

ABSTRACT: Martin Luther King Jr. died as a victim of racism in 1968 in Memphis, Tennessee and since 1983, the United States celebrates a holiday in his honor. In this article we analyze some of his speeches, weaving dialogues with his published biographies and the comments of scholars about the life and legacy of this pastor, seeking to understand his historical time and the formation of his theology, in order to understand the scope of his black theology in the struggle to civil rights for black Americans. So, we consider unveiling some of the complexity of this important character of the 20th century as the most important theologian in American history.

KEYWORDS: Martin Luther King Jr, Racism, Black Theology, Civil Rights

Recebido em: 23/03/2023

Aprovado em: 13/09/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p341-365>



Introdução

Em 1955, em Montgomery, no Alabama, um jovem pregador, surgia não só diante do público dos Estados Unidos, mas do mundo inteiro, como um pastor insatisfeito com a opressão o povo negro americano estava submetido. Martin Luther King Jr. indignava-se diante do absurdo de um regime de segregação levado a cabo num país que já era visto como uma grande democracia no mundo. Uma democracia que segregava parcelas consideráveis de sua população a partir de leis racistas que se arrastavam por longos períodos, sobretudo no sul do país (Hobsbawm, 1995).

O protesto pacífico promovido em Montgomery ia além de uma simples oposição à segregação nos ônibus da cidade. Tampouco, era uma reação pontual de um pastor que não suportava ver a marginalização de seu rebanho. As práticas Martin Luther King, uma das principais lideranças desse movimento, estavam fortemente ancoradas na teologia negra, expressa num Evangelho Social que emerge da realidade de segregação e sofrimento do povo negro, gerando uma forma de ver o mundo e o cristianismo incompatível com a indiferença da teologia branca diante da parcela negra da igreja.

Como problematiza Cone (1999), as preocupações de King passavam dos direitos civis ao antirracismo, já que o pastor do Alabama entendia que tanto as crianças negras dos Estados Unidos quanto as de qualquer lugar do mundo, tinham os mesmos direitos, sendo inadmissível que a igreja deixe de se opor a qualquer sistema legal ou político utilizado para marginalizar, excluir e segregar. Para Luther King, o cristianismo era uma religião libertadora que oferecia, inclusive aos perseguidores, a possibilidade de ter os seus olhos abertos e encontrar o caminho que os retirasse da nociva condição de agentes de regimes opressores que desumanizam as pessoas.

Em seu último sermão de Natal, em 1967, King criticou o gasto milionário com armazenamento de alimentos excedentes nos Estados Unidos, indicando saber “onde armazenar esses alimentos de forma gratuita — nos estômagos vazios de milhões de filhos de Deus na Ásia, África, América Latina e até mesmo em nossa própria nação, que vão dormir com fome”. Diante de um *apartheid* legal, sustentado pela desigualdade econômica e social dos Estados Unidos, King apontava que as principais crenças do

cristianismo eram um caminho para rejeitar a desigualdade, a violência, a opressão e o racismo, acreditando na construção do Reino de Deus nas vidas de cada pessoa, independentemente de sua raça, pertença religiosa ou sua nacionalidade. Vidas que estão inter-relacionadas, o que exige uma teologia que emerja dessa estrutura conectada, afirmando a necessidade da sacralidade de toda a vida humana e exigindo saídas não violentas para os conflitos humanos.

No presente artigo se busca analisar a autobiografia de King, organizada por Clayborne Carson (King, 2006), bem como alguns de seus discursos, em diálogo com a bibliografia sobre o tema e de estudiosos da vida e do legado desse pastor batista, ativista dos direitos civis e crítico dos excessos do capitalismo, para buscar compreender a complexidade de um personagem que marcou profundamente o século XX e atravessou o período para que suas ideias e seus trabalhos pudessem permanecer vívidos no século XXI.

Para esta análise recorreremos ao método indiciário de Carlo Ginzburg (1989), reunindo pequenos indícios presentes na biografia e discursos de Luther King, no sentido de adentrar na complexidade não apenas de seu universo, como também daquele momento histórico em que vigoravam políticas e leis segregacionistas, racistas e excludentes no país tido como defensor da democracia.

Além do recurso ao método indiciário, que reúne documentos para entender as possibilidades de um processo histórico, também nos utilizamos da hermenêutica de Paul Ricoeur (2002), para analisarmos os textos que trazem esta passagem e intersecção entre a fala e a palavra escrita contida nos textos. Ribeiro (2013), em seus estudos sobre o método hermenêutico de análise discursiva de textos, de Paul Ricoeur, destaca que o filósofo francês, considerava fundamental respeitar a autonomia do texto, para se desenvolver a análise de sentidos e significados dos elementos discursivos presentes nele:

Mas o que é o mundo do texto? Quando o discurso passa da fala à escrita, ocorre algo mais do que uma mera fixação textual. Na verdade, o texto se torna autônomo, tanto em relação às condições psicológicas do autor (e sua intenção), quanto também em relação às condições sociológicas de sua produção (Ribeiro, 2013, p. 258-259).

Ricoeur (2002) chama atenção para a autonomia do texto, na análise hermenêutica, pois as palavras escritas são colocadas para a interpretação a

partir de elementos históricos, signos e possibilidades que são construídas na abordagem dos leitores. Esta abordagem se torna ainda mais complexa, quando o autor, Martin Luther King, fazia os discursos ora analisados, na maioria das vezes a partir da oralidade e tinha suas falas transformadas em palavras escritas. Ou deixou cartas, diários e anotações que compuseram um mosaico denso reunido na construção de uma biografia. Desta forma, a análise hermenêutica, reunida ao método indiciário, nos permite adentrar em diferentes possibilidades, objetivando entender o momento vivido por King, bem como os desafios presentes em sua atuação enquanto sujeito histórico que marcou o século XX.

Ativismo antirracista e antissegregação em Martin Luther King

Entender a história de vida de Martin Luther King e as escolhas que ele fez em sua trajetória é essencial para a compreensão de seu lugar social e percepção de mundo, seu ativismo político e sua concepção de justiça libertadora em um país como os Estados Unidos, completamente tomado pela política racista e segregacionista contra a população negra. É uma história individual e singular (Kofes, 2001) que ajuda a entender e compreender a luta antirracista e antissegregacionista estadunidense.

Martin Luther King é um negro americano, nascido e criado no Sul dos Estados Unidos, em uma família cristã e muito ativa socialmente. Vivia em uma família e comunidade de renda média, religiosa e “harmoniosa”. A sua ideia de um “universo em essência amistoso” ou de um “Deus de amor” vem justamente porque, segundo ele, cresceu em uma “família em que o amor predominava e as relações amorosas estavam sempre presentes” (King, 2014, p. 14), onde os papéis sociais de gênero estavam muito bem estabelecidos entre pai e mãe.

Uma família de negros americanos em que, desde muito novos, eram trazidos os temas da discriminação e da segregação racial envolvente, ao mesmo tempo em que era trabalhada a consciência de “ser alguém” numa sociedade que coisificava os negros, relegando-os a uma condição de desumanidade, de uma subcategorização cidadã. Então, sempre houve por parte dessa família a preocupação em lutar contra a inferioridade negra que era alimentada pela sociedade americana da época.

Uma sociedade erigida sob o berço da escravização negra, mantida por igrejas subservientes à mentalidade da elite branca dominadora e segregacionista, que justificava a sujeição negra como uma condição imposta por Deus para a manutenção do *status quo* e a permanência dos afro-americanos como inferiores. Tudo isso sob o manto da democracia, que garantia os direitos civis na Constituição americana desde 1787 e oficializava a segregação racial entre os anos 70 do XIX aos anos 60 do XX, com as Leis Jim Crow, leis estaduais e locais impostas como leis federais, que obrigavam a segregação racial, especialmente nos estados do Sul dos Estados Unidos da América, mas não somente lá, sob o princípio de “separados, mas iguais”¹; uma igualdade que não se fazia na prática e impunha aos negros o não reconhecimento como americanos.

Mais do que nunca “pensar como negro” e lutar pela justiça fazia parte da ordem do dia para os afro-americanos. Nesse sentido, Martin Luther King Jr constrói seu percurso educacional de uma forma muito comprometida com os ideais da justiça libertadora, pensando a segregação racial como injusta, na medida em que, embora os sujeitos fossem “iguais perante a lei”, essa mesma lei os distinguia na garantia desses direitos por causa da raça.

Em 1954, já formado em Teologia, King assume o pastorado em Montgomery, no Alabama, um dos maiores cenários de conflitos raciais, com o objetivo de ampliar a conversão negra em igrejas que falem para os negros e com os negros, por meio dos ideais de justiça, amor e cidadania garantidos na Constituição e pelo Deus justo, que não separa, que não mata, e que efetiva os direitos e privilégios para todos os humanos.

Uma Igreja Negra e um Cristo negro, que defende os que padecem, revisando a visão de que o sofrimento infligido aos negros era um ato permitido por Deus, como uma justificativa às aflições e desumanidades

¹ O caso *Plessy versus Ferguson* deu origem a essa doutrina. Em julho de 1892, o negro Homer Adolph Plessy decidiu comprar uma passagem de trem de New Orleans a Corvinton no vagão exclusivo para brancos. Por se recusar sair do vagão, foi preso e julgado em 1896. Para a Suprema Corte Americana, mesmo ele tendo a pele ‘quase branca’, pois tinha apenas 1/8 de sangue negro, não poderia viajar em vagão exclusivo para os de cor branca (Souto, 2015). O caso decidiu sobre a constitucionalidade do direito dos estados da União de impor a segregação racial em locais públicos. Ao mesmo tempo que o caso *Brow versus Board of Education*, julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1954, marca a interpretação da inconstitucionalidade da segregação racial entre estudantes brancos e negros em escolas públicas do país como uma instituição produtora da desigualdade. Esta decisão reverteu à tomada pela Corte no caso *Plessy versus Ferguson* e iniciou o processo de dessegregação, que demorou ainda a ser efetiva no sul do país.

vividas, numa pretensa igualdade entre a justiça divina e a justiça humana, como pontuou Cone (1997). Era necessário recuperar a dignidade humana negra através da fé e renovar as esperanças por um mundo mais justo, com uma igreja ativa e participativa para imprimir mudanças e gerar, com os homens bons, a “ordem real de justiça”, segundo King.

A ideia de justiça pregada por King estava amparada em uma noção de que todos são iguais e têm os mesmos direitos, de uma cidadania plena para todos os sujeitos, brancos, negros e tantos outros que viviam à margem naquela sociedade. Em seu discurso em Montgomery, King menciona que:

Não estamos errados no que fazemos. Se estamos errados, a Suprema Corte desta nação está errada. Se estamos errados, a Constituição dos Estados Unidos está errada. Se estamos errados, Deus Todo-Poderoso está errado. Se estamos errados, Jesus de Nazaré foi simplesmente um sonhador utópico que nunca desceu à terra. E estamos determinados, aqui em Montgomery, a trabalhar e lutar até que a justiça flua como a água e a virtude como uma corrente poderosa (...) A unidade é a grande necessidade deste momento... (King, 2014, p. 80).

Essa é uma posição que reflete a percepção de justiça de Luther King. Um povo marcado pelo tratamento constitucional igualitário, cujos direitos e privilégios alcance a todos, independentemente de sua posição social, raça, ou gênero, o que é assegurado na Constituição americana e nas leis divinas.

Manter a fé e a esperança do povo negro na justiça eram os objetivos da teologia de King. Uma teologia construída na experiência vivida e inscrita em seu corpo e de sua comunidade negra, que sentia o peso das mãos e mentes que dominavam a nação americana e negava aos negros os direitos à igualdade efetiva (King, 2014), libertadora das amarras da discriminação e do racismo.

Lutar pelos direitos civis, inseridos a partir de 1969 como parte dos direitos humanos,² era a única via para o reconhecimento dos negros como

²Para Moraes (2007), os direitos humanos não foram conquistados ao mesmo tempo. Assim, a primeira geração dos direitos humanos é pensada como a conquista dos “direitos civis e políticos”; a segunda, dos “direitos econômicos, sociais e culturais”, voltadas à garantia de direitos mais universalizantes; enquanto a terceira, dos direitos coletivos e identidades, busca o reconhecimento da diferença não atendida pelos direitos universais, perfazendo a tríade dos direitos almejados pela Revolução Francesa. Assim, o primeiro momento seria a conquista da liberdade, o segundo o da igualdade e o terceiro o da fraternidade, baseando-se na ordem em que passaram a ser constitucionalmente conquistados. Vale ressaltar que outros autores, como Celso Lafer, citam ainda uma quarta geração, sendo “... que os direitos de terceira e quarta gerações transcendem a esfera dos indivíduos considerados em sua expressão singular, e recaindo, exclusivamente, nos grupos primários e nas grandes formações sociais” (1988 *apud*

cidadãos americanos, muito embora isso não fosse compreendido por pastores brancos, que não sentiam na pele, nem por meio do sofrimento de seus filhos e filhas por serem discriminados (Cone, 2006). A trajetória de Luther King é pela pregação, ensinamentos e, sobretudo, pela vivência da teologia negra como estilo de vida, comprometido e engajado política e socialmente.

Entender o pensamento e as ações de Luther King nos leva ainda a dois elementos importantíssimos para a sua teologia negra: o pacifismo e a ideia de liberdade, pontos fulcrais e que o distingue das outras interpretações dadas por movimentos diversos que atuavam paralelamente ou não a King naquele momento.

King aponta pelo menos três momentos em que teve contato com a teoria da resistência não-violenta: 1) Quando calouro em Morehouse, onde fez a leitura do ensaio “A desobediência civil”, de Henry David Thoreau, que trouxe o caso de um homem da Nova Inglaterra, que se recusou a pagar seus impostos e “cooperar com um sistema maligno”, que iria ampliar o território escravista até o México; o que fez com que King acreditasse que “tal como a cooperação com o bem, a não cooperação com o mal é uma obrigação moral” (King, 2014, p. 27); 2) no seminário Crozer, entrou em contato com a posição pacifista numa palestra do dr. A. J. Muste e, embora não concordasse com a posição do mesmo, esgarçou sua reflexão no sentido de pensar a guerra como a possibilidade de “evitar a difusão e o crescimento de uma força maligna”, sendo “preferível à rendição a um sistema totalitário...” (King, 2014, p. 37) o sermão do dr. Mordecai Johnson, reitor da Universidade Howard, na Filadélfia, falando sobre a vida e os ensinamentos de Mahatma Gandhi. O contato com a filosofia de Gandhi, ancorada na ética do amor de Jesus, como “forte instrumento de transformação social e coletiva” (King, 2014, p. 39) inspirou e muito os ideais de King.

Com todos esses estudos, King estava convencido no poder do amor na busca pela justiça para todos, principalmente os afro-americanos. Acreditava que o “verdadeiro pacifismo não é uma não resistência ao mal, mas uma resistência não violenta ao mal” (King, 2014, p.42). E complementa:

O pacifismo é (...) o enfrentamento corajoso do mal, pelo poder do amor, na crença de que é melhor ser objeto do que sujeito da violência, já que

Moraes, 2007, p. 26). Embora a temporalidade da conquista varie de acordo com cada lugar, eles aparecem numa mesma ordenação internacionalmente.

este só multiplica a existência da violência e do amargor, enquanto aquele pode desenvolver no oponente um sentimento de vergonha, e assim produzir uma transformação e uma mudança de disposição (King, 2014, p. 42).

Fica evidente nas falas de Martin Luther King que o pacifismo não deve ser interpretado como neutralidade, muito menos como não resistência. É, acima de tudo, uma resistência não violenta, mas que luta em prol da união e do justo. Não é uma luta contra homens brancos, mas contra o mal que aflige determinada sociedade. O que nos leva a entender a ideia de liberdade ou de justiça libertadora.

Segundo King, “o povo americano estava infectado pelo racismo” (King, 2014, p. 43). Para ele, o racismo era essencialmente não olhar o outro como semelhante, levando a um senso de superioridade de brancos sobre negros³, o desprezo e o ódio de uns em relação aos outros. Não apenas a negação simbólica de sua existência, mas também seu aniquilamento como pessoa e como povo (Bobbio; Mateucci; Pasquino, 1998).

Grada Kilomba, uma escritora e teórica com raízes na Angola e São Tomé e Príncipe, define o racismo como “uma realidade violenta” (Kilomba, 2019, p. 71) que, por séculos, age em nossa sociedade, inserido nas estruturas, instituições e no cotidiano das relações sociais. Daí a importância de ouvir, enxergar e atentar para os que experienciam o racismo, suas subjetividades, lutas, conhecimentos e sentimentos, assim como “as cicatrizes psíquicas que o racismo nos causa” (Kilomba, 2019, p. 72).

Segundo ela, o racismo apresenta três características: 1) “*é a construção de/da diferença*”; 2) “*essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos*”; 3) “*por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico*” (Kilomba, 2019, p. 75-6). A autora esmiuça o racismo como sendo uma diferença construída por meio de uma referência branca, da branquitude como norma, que naturaliza e hierarquiza sujeitos com determinados fenótipos, apontando para uma supremacia branca (Kilomba, 2019).

Dessa forma, o racismo se caracteriza como o julgamento do comportamento de uma pessoa ou grupo associado à sua raça, criando argumentos aparentemente científicos para justificar discursos que

³ Ainda justificadas pelas teorias científicas do século XIX, conforme Schwarcz (1993).

alimentam a desigualdade entre as pessoas e tratamentos correspondentes à sua pretensa posição de superioridade ou inferioridade, marcando socialmente o lugar social de cada indivíduo e cada povo.

Era exatamente isso que King combatia com sua teologia: a crença na existência de uma raça superior ou inferior à outra. Na contracorrente dessa postura, ele acreditava que o mal era o racismo e que seria necessário buscar a união das raças para essa luta. Não era ingênuo para esperar que todos os brancos seriam parceiros, mas que havia muitos que não eram racistas e apoiariam a luta, e poderiam influenciar outros tantos nesse caminho.

O racismo estava impregnado no sistema e nas estruturas sociais americanas. Talvez também por isso a negação à violência física, pois a luta contra o racismo não era uma luta contra pessoas, mas contra algo muito mais profundo que alimentava as ações sociais, inclusive as ideológicas, que promovia a escravidão mental que tanto afligia os negros mesmo quando libertos da escravidão, mantendo suas mentes cativas e enredando-os no complexo de inferioridade; sem descuidar dos que os mantinham cativos.

E é nesse ponto que o posicionamento de King se distingue, pois os brancos também precisariam ter atenção na luta pelo fim do racismo. Era preciso desconstruir a noção de superioridade branca e inferioridade negra desde a tenra idade para erguer uma nação unificada, forte e justa.

Para King, os despossuídos desta nação – os negros, os pobres e os desprezados – viviam numa sociedade injusta. Era a eles que deveria ser lançado o chamado para a luta contra as estruturas de dominação social e econômica, que usavam a raça para criar discursos de superioridade do povo branco e segregação do povo afro-americano, apontado como inferior, consolidando a injustiça que assola a sociedade americana.

Essa é uma mensagem de libertação, mas também de transformação social. A luta contra o racismo é muito mais complexa e exige, segundo ensinamentos do próprio King, a transformação da vítima e do opressor, contra o sistema que os manipula e as estruturas que os envolve e são retroalimentadas por práticas e pensamentos num círculo vicioso de dominação e perpetuação de poder de uma sociedade perversa e indiferente aos negros.

Mesmo assim, King chamava a atenção que a justiça seria feita com a destruição do racismo não do racista, fruto desse sistema. Essa vitória seria

alcançada pela união de todos, independente de raça e classe. A democracia não se concretizaria de fato sem que a integração fosse de direito estabelecida aos afro-americanos.

Um passo contra o racismo

Muitas vezes a sociedade, diante de momentos importantes de sua história, só percebe o que está acontecendo quando o processo já se encontra em andamento ou ainda quando este atinge o seu período de apogeu. Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos permaneciam marcados pela segregação que “legalizou” e institucionalizou o racismo em suas faces mais brutais, marcando o país com a exclusão e separação rígida que renegou o povo afro-americano à condição de subalternidade hierárquica. Desde o final do século XVIII já havia um debate sobre a igualdade entre todas as pessoas nos Estados Unidos, mas, como afirma Wood (2013), essa ideia era combatida por muitas lideranças políticas do novo país. Para tanto, elas usavam o cristianismo como a base para a defesa de práticas de exclusão racial de negros e indígenas, como se o Deus judaico-cristão tivesse ordenado a separação e privilegiado homens brancos, em detrimento dos direitos de todas as outras pessoas, como as mulheres, povos indígenas e afro-americanos. Para Moreno (1990), desde a proclamação da Constituição de 1787, que atribuiu demasiados poderes aos estados e deu uma grande ênfase na defesa da propriedade privada, o racismo se engendrava sobretudo no sul do país, já que lá a titularidade da terra se encontrava nas mãos de brancos, o que justificou um regime escravocrata.

No século XIX, após a Guerra de Secessão, houve um curto período, entre 1869 e 1873, em que afro-americanos conseguiram obter direitos, tais como ocupar cargos civis nos estados do Sul do país ou participar do júri popular. Contudo, organizações marcadas por discursos racistas de supremacia branca, se utilizaram da violência como forma de impor a segregação e exclusão:

Ku Klux Klan, por exemplo, um clube de veteranos dos exércitos da Confederação, virou uma organização de terroristas disfarçados em lençóis e capuzes brancos, cavalgando à noite e perseguindo os negros e os seus aliados com incêndios, surras e linchamentos. Outras organizações clandestinas como os Cavalheiros da Camélia Branca, os

Cavalheiros do Sol Nascente, as Guardas Constitucionais e os Caras-Pálidas também praticaram o terrorismo contra os negros e os seus aliados (Eisenberg, 2006, p. 106).

Estes grupos se aproveitaram da omissão ou colaboração de governos estaduais para implantar o terrorismo e os massacres como forma de imposição política para cassar direitos e segregar a população. Enquanto isso, o Governo Federal também se omitiu, permitindo que unicamente tribunais e governos estaduais atuassem no combate à violência e definissem as políticas a serem adotadas que em geral eram voltadas à criação de sistemas que oprimiam as pessoas afro-americanas e as pessoas, provocando um sistema de repressão, exclusão e segregação que se estendeu pelo século XX (Eisenberg, 2006).

Assim, grupos racistas buscavam agredir, segregar e excluir, mas também reprimir manifestações que se opusessem ao terror que tais grupos impunham no país, principalmente nos estados do Sul. Em *Paisagens imaginárias*, Sarlo (2016), afirma que o século XX é marcado pelo uso da violência como forma de impor um terror para além do físico, pois buscava também destacar, perante toda sociedade que nenhuma pessoa poderia se considerar a salvo do risco permanente de agressão e até mesmo assassinato. A autora considera que a violência constrói assim um circuito narrativo que muitas vezes foi utilizado para alimentar o sistema de exclusão e violência, pois toda a sociedade deveria se sentir acuada como se ninguém pudesse deixar de ser considerado como alvo em potencial, de modo a silenciar as tentativas de oposição aos sistemas de segregação e exclusão racistas ou de várias formas de preconceito e marginalização presentes na sociedade.

Apesar da crescente violência contra os afro-americanos nos Estados Unidos e da exclusão de direitos fundamentais, surgiram diversas vozes e movimentos que não aceitavam a condição que lhes era imposta. Sousa (2009) analisa diversos movimentos que atuavam no país, na década de 1960, como *Student Nonviolent Coordination Committee (SNCC)*, *Students for a Democratic Society (SDS)* e a *Southern Christian Leadership Conference (SCLC*, que tinha em um de seus principais fundadores e líderes Martin Luther King), pela construção da democracia nos Estados Unidos, diferindo entre si nos métodos ou nos objetivos, contudo todos eles buscaram romper com

uma sociedade que institucionalizou o racismo, na construção de uma sociedade segregada.

O SNCC e o SCLC iniciaram suas lutas reagindo contra situações cotidianas de opressão e racismo contra afro-americanos, mas se aprofundaram na leitura e reflexão sobre a temática passando a considerar as condições impostas aos negros nos Estados Unidos, como um processo de opressão colonial que se estendia em práticas colonialistas consolidadas na sociedade. A leitura destes movimentos é da percepção de um imperialismo voltado contra as populações afroamericanas dentro de seu próprio país:

Os negros americanos viviam como viviam porque, apesar de estarem na nação mais poderosa da Terra, eram também colonizados, explorados, vistos sempre como cidadãos de segunda classe, cuja subalternidade era importante para a manutenção do status quo político, econômico e social – um “Terceiro Mundo” dentro do “Primeiro Mundo” (Sousa, 2009, p. 173).

Sousa (2009) considera que o SNCC possuía uma visão de que a década de 1960 era o momento não de reforma, mas de revolução social, no sentido de reverter este quadro através da ruptura na estrutura social vigente da sociedade estadunidense e, apesar de o SCLC acreditar na mudança a partir de uma transformação profunda dos indivíduos, dentro de uma lógica cristã. A aliança entre os movimentos foi fundamental para fomentar a ação de outros grupos importantes como o SDS, que atuava junto aos pobres do Norte, inclusive os brancos, na formação que provocasse a tomada de consciência contra o racismo e também outras práticas opressoras, discriminatórias e excludentes que estariam inseridas na sociedade estadunidense.

Stokely Carmichael, líder do SNCC reafirmava com frequência o *slogan Black Power* que buscava reunir os movimentos na luta antirracista, na lógica do empoderamento afroamericano e na oposição ao racismo e a todas as suas formas de discriminação e opressão. Joseph (2009) chama atenção para a necessidade de olhar o *Black Power* para além das imagens de Luther King ou Carmichael liderando os movimentos com fortes discursos antirracistas, mas na lógica da busca por ruptura no cotidiano da sociedade, com estruturas e práticas vigentes nos Estados Unidos.

Assim, movimentos sociais estudantis, de partidos políticos, cristãos e de outras perspectivas, se manifestavam nos Estados Unidos, em meados do

século XX, contra sistemas racistas estabelecidos com base em políticas, leis e sistemas injustos e excludentes que infelizmente ainda assolam, sob uma diversidade de formas, o mundo do século XXI. Foi neste cenário que surgiram lideranças como Malcolm X, Medgar Evers, Rosa Parks e centenas de milhares de pessoas que não aceitavam serem obrigados a assistir o “sonho americano” pelo avesso, como se fossem espectadores de espetáculos de horror, pois vivendo “na nação mais poderosa da Terra, eram também colonizados, explorados, vistos sempre como cidadãos de segunda classe” (Sousa, 2009, p. 173).

Sousa (2009) afirma que Malcom X, nasceu em 1925, cresceu no Harlem, foi preso por envolvimento em crimes e se converteu a uma vertente heterodoxa do islamismo, junto ao grupo Nação do Islã, logo se afirmou como liderança importante de um movimento que acreditava na necessidade de ruptura imediata com o racismo na sociedade em que vivia, proferindo discursos mais contundentes, conclamando à reação, o que o coloca em uma posição contrária a Martin Luther King:

Orador carismático, logo ganhou fama por suas ferozes invectivas contra o racismo, que fizeram dele um contraponto ao integracionismo de Martin Lutehr King, considerado por Malcom um “Pai Tomás” subserviente aos interesses dos brancos.

...Malcom se tornou um porta-voz daqueles que desonfiavam ou simplesmente não acreditavam na abordagem pacifista predominante no movimento pelos direitos civis, e que era essencialmente otimista quanto à possibilidade de igualdade racial na sociedade americana (Sousa, 2008, p. 169).

Mesmo sem um programa político visível, Malcom X, foi assassinado em 1965, e se tornou, na década de 1960, uma voz importante como liderança antirracista, ao conclamar o orgulho racial dos negros, e se colocar como uma voz opositora aos movimentos pacifistas por direitos civis que tinham em Martin Luther King, sua grande referência.

As lideranças por direitos civis denunciavam que o racismo era um grave “problema nacional e não exclusivo do Sul” (Sousa, 2009:136). Havia, portanto, até a década de 1960, a construção de um cenário de naturalização do racismo, tentando fazer parecer às gerações brancas que nasciam, que a segregação não fora construída e imposta ao longo da História dos Estados Unidos, mas que a violência, a exclusão e a segregação racial seriam parte

integrante da lógica sob a qual se alicerçava o país visto, apesar de tudo, como uma referência mundial para as democracias.

Dee Brown (2015), numa marcante obra da segunda metade do século XX, apresenta de modo dramático o massacre e o genocídio de populações indígenas nos Estados Unidos, que levaram ao desaparecimento de alguns povos, expropriação de seus territórios, desarraigamento de suas práticas culturais, assassinato de lideranças e de outros sujeitos dos povos. Os acordos não cumpridos, as perseguições aos povos indígenas, os massacres e a tomada de seus territórios eram vistos muitas vezes como se fosse um caminho para o estabelecimento do “progresso” de tecnologias e infraestruturas no país. Desta forma, políticas e até mesmo leis impunham diversas formas de violência contra as populações indígenas, para que o “sonho americano” pudesse se estabelecer com base em uma democracia manchada pelo racismo e pelo genocídio.

Em meio ao pesadelo histórico de um país, travestido em sonho, e a manifestação de diversas lideranças, surge a figura de um pastor da Igreja Batista Ebenézer, que traz em seu nome a representatividade de uma das figuras mais importantes da história do cristianismo no Ocidente: Martin Luther King Júnior. Tal como o reformador, Martinho Lutero, uma das maiores lideranças cristãs que recriaram as noções do cristianismo, seu homônimo, Martin Luther surge lentamente, como um pastor preocupado com seu rebanho, tantas vezes vítima do racismo e de outras formas de opressão social e violência.

Em seu estudo sobre Lutero, o historiador Lucien Febvre (2017) afirma que não é apenas a força de determinados indivíduos que lhes permite uma posição de destaque em alguns momentos históricos. Não há como compreendê-los sem levar em conta a atuação de movimentos sociais, os anseios dos grupos que lideraram, assim como o tempo e espaço em que viveram. Assim, em 1955, surgia para o grande público dos Estados Unidos, espalhando-se rapidamente pelo mundo, a força da figura de um pastor batista chamado Martin Luther King, que liderou o protesto pacífico contra a segregação racial nos ônibus de Montgomery, no Alabama.

Sarlo (2016) argumenta que em cenários marcados pelo sofrimento imposto, sob as marcas da exclusão, racismo e genocídio, muitos personagens históricos registraram em diários e cadernos de anotações de suas memórias,

suas percepções sobre o sofrimento que lhes foi imposto, bem como suas reflexões sobre o momento e as diversas situações que vivenciaram e os caminhos que poderiam trilhar para superação destes quadros dramáticos. Deste modo, a análise de discursos e escritos autobiográficos das memórias de King organizados por Clayborne Carson (King, 2014) nos fornecem pistas para compreender a complexidade de um sujeito que foi considerado por Hobsbawm (1995) como um dos mais importantes personagens do século XX.

A visão de King está ancorada no diálogo entre suas leituras teológicas e as visões pacifistas de autores como o escritor russo Liev Tolstói (Martins de Souza; Castro, 2021) e um tempo em que cada vez mais diversos segmentos enfrentavam com coragem e organização coletiva a violência, a exclusão social e o racismo (Sousa, 2009). Aos olhos do público norte americano, cresceu a presença de Luther King como um líder religioso e político que não aceitava, em um mundo pós-Segunda Guerra, mergulhado na Guerra Fria, que o discurso democrático dos Estados Unidos se mantivesse sob a força do preconceito e do racismo. Em um discurso marcante, realizado em Detroit no ano de 1963, King se manifesta contra o “sonho americano” ancorado na exclusão e no racismo que cerceavam e/ou cassavam os direitos civis de milhões de estadunidenses:

E uma coisa é certa – não nos enganemos: essa lei [dos direitos civis, no governo de John F. Kennedy] não passará se não lutarmos e se não pressionarmos por ela. E é por isso que eu disse que, a fim de aprovar essa lei, devemos despertar a consciência da nação e precisamos marchar até Washington com cem mil pessoas para dizer, para dizer que estamos determinados e para tomar parte em um protesto não-violento que colocará essa questão diante da consciência da nação. Se assim fizermos, seremos capazes de trazer à luz esse novo dia de liberdade. Se assim fizermos, seremos capazes de construir o sonho americano (King, 2006, p. 65).

Sua voz ecoou rapidamente pelo mundo, o levando a receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1964, a discursar em diferentes estados de seu país, assim como em outros países, ampliando cada vez mais o leque de reivindicações e de organização social no sentido de chegar a ruptura com a segregação e as muitas formas de violência e exclusão. Um ano antes de receber o prêmio, o presidente que o apoiou, muitas vezes timidamente, John F. Kennedy, foi assassinado em Dallas, no Texas, levando a uma onda de protestos e, conseqüentemente, de novas vozes que pressionaram por mudanças mais

profundas na estrutura do país. Eles queriam os Estados Unidos livre de discriminações estabelecidas institucionalmente. Estas que anacronicamente existiam em uma das duas superpotências mundiais que ideologicamente afirmava defender a democracia, ao passo que mantinha um sistema segregacionista e racista dentro de seu território (Hobsbawm, 1995).

No período que ficou conhecido como Guerra Fria, se fazia ideologicamente a oposição entre a União Soviética e os Estados Unidos, este representando a democracia e uma sociedade ancorada nos direitos e aquele simbolizando o autoritarismo e a supressão de direitos civis. Em seus discursos, Martin Luther King questionava como poderia haver democracia e liberdades em um país que não permitia aos afro-americanos conviverem socialmente com os brancos e onde a violência étnica e social era muitas vezes chancelada por sistemas legais ou por perseguições praticadas exatamente por aqueles que deveriam se opor ao racismo e à segregação:

Como se determina se uma lei é justa ou injusta? Uma lei justa é um código elaborado pelo homem que se enquadra na lei moral ou na lei divina. Uma lei injusta é um código que não se harmoniza com a lei moral. Para usarmos os termos de São Tomás de Aquino: uma lei injusta é uma lei humana que não tem raízes na lei natural e eterna. Toda lei que eleva a personalidade humana é justa. Toda lei que a degrada é injusta. Os estatutos da segregação São todos injustos porque a segregação distorce a alma e prejudica a personalidade. Ela dá aquele que segrega um falso sentimento de superioridade e ao que é segregado um falso sentimento de inferioridade. A segregação, para usarmos a terminologia do filósofo judeu Martin Buber, substitui uma relação "eu-tu" por uma relação "eu-isso", e acaba rebaixando pessoas à condição de coisas. Logo, a segregação não é apenas incorreta do ponto de vista político, econômico e sociológico, mas também é moralmente errônea e pecaminosa" (King, 2014, p. 233).

Suas ideias e seus discursos, tanto em igrejas quanto em palanques públicos, articulam a sua herança histórica, filosófica e teológica para defender o fim da segregação e promover os direitos civis que foram brutalmente arrancados aos negros de seu país. O breve período em que Martin Luther King atuou como importante liderança pelos direitos civis, foi marcado, como analisa Hobsbawm (1995), pelo paradoxo representado pela ideológica defesa norte americana da democracia, opondo-se ao regime totalitário na União Soviética, e a injustificável invasão do Vietnã, que arrancava os direitos de milhões de pessoas com base no racismo e na

exclusão social, conjugado com o apoio à construção de ditaduras na América do Sul.⁴

O pregador da teologia negra

Quando James Cone (1938-2018), o pioneiro da Teologia Negra da Libertação, publicou o clássico *Black Theology and Black Power* em 1969, Luther King Jr. já havia sido vitimado pelo racismo. Sendo um teólogo profundamente enraizado na cultura de seu povo, Cone não teve dificuldades em enxergar King como o mais importante teólogo da história americana. Segundo as palavras de Cone,

se a teologia é um esforço disciplinado para interpretar o significado do evangelho para o tempo presente, e se o evangelho de Deus é a libertação dos pobres da escravidão, então eu diria que ninguém articulou a mensagem cristã de liberdade de forma mais eficaz, profética e criativa na América do que Martin Luther King Jr. (Cone, 1999, p. 72).

Para entendermos as palavras de Cone, precisamos compreender o quanto a atuação de Martin Luther King Jr. estava pautada numa reflexão teológica acerca da liberdade humana profundamente enraizada na cultura negra e na luta contra a opressão. Luther King não foi um grande expoente acadêmico da Teologia Negra, como foi Cone, mas um pregador historicamente comprometido com a libertação. Ele conseguiu trazer para o discurso teológico questões exclusivamente americanas, incluindo o problema racial norte-americano no centro de uma reflexão teológica de conotação universal. Por isso, Cone pôde afirmar que Luther King “estava tão preocupado com a libertação dos brancos de sua condição de opressores quanto em eliminar a opressão racial dos negros. Ele estava tão preocupado com as chances de vida das crianças pardas no Vietnã quanto com as crianças negras nas cidades dos Estados Unidos” (Cone, 1999, p. 73).

Herdeiro do Evangelho social praticado pelas Black Churches, King pertenceu à terceira geração de pastores. Seu avô, o Rev. A. D. Willian, ao assumir o pastoreio da Igreja Batista Ebenézer, em 1894, uniu a temática bíblica com questões muito concretas do cotidiano empobrecido das

⁴Sobre o apoio dos Estados Unidos à instauração de ditaduras na América do Sul, consultar Fico (2001).

comunidades negras e da classe trabalhadora. Willian foi uma liderança fundamental na fundação da maior organização negra dos Estados Unidos na época, a *National Baptist Convention*. Em resposta ao ativista pelos direitos civis W. E. B. Du Bois, participou da formação da Liga da Geórgia para Direitos Iguais em 1906, lutando pelo registro de eleitores negros e pela luta por melhor educação para as crianças negras. Seu pai, Martin Luther King Sênior, foi um continuador da herança de seu sogro, o Rev. A. D. Willian, e tornou-se um pregador do Evangelho Social, o que destoava da pregação alienada herdada da teologia branca. Durante a grande depressão, King Sênior fez valer o seu lema de que “aquele que leva a palavra também dá corpo à palavra”⁵ e trabalhou intensamente para levar comida aos famintos e roupa para quem não a tinha. A sua congregação cuidava das crianças enquanto as mães trabalhavam e distribuía remédios para quem não podia comprar. Nas palavras de King Jr, “Ebenezer tentava ser uma âncora enquanto a tempestade se erguia”.⁶ Além de dar suporte à comunidade negra empobrecida de Atlanta, King Sênior lutou pela isonomia salarial entre professores brancos e foi um importante ativista pelos direitos civis.

Se entendemos que a influência familiar não pode ser esquecida quando se fala do legado de Martin Luther King Jr, o mesmo se deve dizer da sua formação acadêmica. King foi fortemente influenciado pelo Dr. Benjamin Elijah Mays, presidente do Morehouse College, instituição em que foi admitido quando tinha apenas 15 anos, em 1944. Mays exortava os estudantes para que usassem suas qualificações acadêmicas a favor da comunidade negra, incentivando os estudantes na luta contra a segregação racial ao invés de acomodar-se a ela.

Num tempo em que os centros de formação Teológica nos Estados Unidos estavam entrincheirados pela teologia branca e não raramente pela supremacia branca, após concluir seus estudos no Morehouse, King interessou-se pela reputação pouco ortodoxa do Crozer Theological Seminary, uma instituição de abordagem não denominacional e teologicamente liberal. Nesse seminário da Pensilvânia, entrou em contato com clássicos da teologia europeia do final do século XIX e o início do século XX, nomeadamente da Teologia Liberal. Contato que ofereceu a King alternativas teológicas às

5 “whosoever carries the word must make the word fresh” (Carson, 1994:162).

6 “Ebenezer tried to be an anchor as the storm rose” (Carson, 1994:162).

interpretações literais tão em uso nas Igrejas Batistas Negras. A escolha por Crozer e até mesmo a relutância inicial em seguir a vida pastoral tinham como fundamento a rejeição de King ao anti-intelectualismo proveniente do fundamentalismo já bem consolidado nas Igrejas Batistas do Sul e com o qual tinha contato direto. Contudo, se King rejeitou o fundamentalismo que buscava preservar a “antiga fé” diante de um mundo em francas mudanças, as suas raízes não permitiram a ingênua assimilação das ideias liberais, principalmente do ceticismo academicista que privava as pessoas oprimidas de verem Deus como fonte de apoio nos momentos de necessidade. Assim, em meio às diversas crises pessoais e ao intenso trabalho de assimilação intelectual, King conseguiu fazer a síntese entre a teologia que herdou de seu pai e avô, o liberalismo e até mesmo a neo-ortodoxia barthiana, criando um caminho de reencontro crítico e criativo com as suas raízes negras. A cultura teológica europeia enriqueceu a sua prédica e tornou-a profundamente enraizada no real. Na verdade, o primado do real advindo da opressão explícita a que o povo negro norte-americano estava submetido batia em sua porta cotidianamente, de modo que não havia como abster-se de fazer dele parte da sua teologia e pregação.

Num cenário em que a piedade pessoal era um instrumento do protestantismo branco para não se deparar com a injustiça cometida contra o povo negro, a voz de Luther King foi a encarnação da crítica proveniente da nascente teologia negra, denunciando a covardia anticristã da igreja branca, que, ao se calar, validava a opressão sobre milhares de vidas negras, ceifadas pelo simples exercício da existência. Quando o *apartheid* legal promovido pelas leis de Jim Crow⁷ segregava e violentava, submetendo o povo negro a um regime de medo e humilhação constante, King se voltou contra a hermenêutica branca que fomentava a cultura racista ao separar corpos e almas, oferecendo a salvação para as almas negras enquanto para os corpos oferecia o que sobrava do capitalismo nutrido pelo sangue de pessoas negras e pobres. Bem verdade que o cristianismo branco não era uma manifestação

⁷ As *Jim Crow laws* foram aplicadas de 1877 a 1964 e davam corpo legal à doutrina "separados, mas iguais", proibindo que negros partilhassem das mesmas instalações que os brancos. Assim, escolas, espaços privados e transportes públicos passaram a ter instalações inferiores reservadas ao povo negro, consolidando as desvantagens sociais e econômicas reservadas aos afrodescendentes.

irrestrita do *White Citizens' Councils*⁸. Uma grande parte desse cristianismo era formada por racistas moderados, que não pactuavam com a raivosa ideologia da *Ku Klux Klan*, mas mantinham um racismo inconsciente que os impedia de questionar seus privilégios, e mesmo quando reconheciam o racismo, não compreendiam a extensão da injustiça social e religiosa cometida contra o povo negro. Para King, o cristianismo moderado era ainda pior que o racismo assumido, pois escondia-se num discurso piedoso para justificar o *status quo*, entendendo como radicalismo a luta pela sobrevivência diante da brutalidade policial.

Além de criticar a igreja branca, em várias ocasiões King criticou os ministros negros que se escondiam atrás dos vitrais coloridos dos templos para não se defrontar com a dor de sua própria comunidade de fé. Um exemplo dessa crítica pode ser encontrado em seu discurso em homenagem às jovens vítimas do atentado à Igreja Batista da Rua 16, proferido em 18 de setembro de 1963 na Igreja Batista da sexta Avenida em Birmingham, no Alabama. Nele King denunciou a forma como o capitalismo corroe a sociedade, alimentando o racismo validador da ação da *Ku Klux Klan* que explodiu uma bomba na manhã de 15 de setembro de 1963, vitimando 4 crianças e feriu 20 pessoas. Em sua prédica, pastores covardes foram listados ao lado de políticos que alimentavam seus eleitores com o “pão dormido do ódio e a carne apodrecida do racismo” (King, 2006), demonstrando o quão grave era a omissão desses ministros diante da dor de suas comunidades.

A teologia de King era eminentemente prática e ligada ao ministério como pregador. Antes de Cone propagar no *Union Theological Seminary* que toda teologia brota de experiências, King já pregava e vivia essa realidade, explicitando em sua pregação o valor da experiência como negro num país eminentemente racista. Quando os teólogos brancos se reportavam à Europa, buscando dissimular por meio de uma teologia cartesiana o desenraizar de seu tempo histórico, a teologia de Luther King estava comprometida com o *ethos* do povo negro nos Estados Unidos. Por isso, embora seja lembrado como um ativista por direitos civis e um defensor da não-violência, é

8 Quando em 1954 segregação racial em escolas foi declarada inconstitucional pela Justiça dos Estados Unidos, os segregacionistas brancos do Sul fundaram o *White Citizens' Councils* para atrair membros da classe média e alta, algo que a *Ku Klux Klan* não conseguia fazer, e, assim, usar o poder econômico, além da violência, como recurso para oprimir a comunidade negra e combater os grupos que lutavam pelos direitos civis.

importante destacar que Luther King era, antes de mais nada, um antirracista e um crítico feroz do capitalismo construído e alimentado pela opressão. Para ele, a desigualdade econômica e a pobreza eram uma questão teológica, tal como preconizava a Teologia da Libertação Negra que seria desenvolvida posteriormente por Cone, de modo que a luta por igualdade não seria conquistada sem a mudança das bases sociais que fundamentavam a opressão.

Luther King defendeu o personalismo americano de Edgar Sheffield Brightman (1884-1953), isto é, a noção de que Deus é pessoal e cognoscível tanto por meio da vida de Jesus como através da experiência religiosa individual das pessoas. Para King, era fundamental sustentar que o ser humano não está perdido num universo "lutando pelo bem, pela justiça e pelo amor sozinhos".⁹ Ao pregador de Atlanta, não servia uma ideia abstrata de Deus, mesmo quando apresentada por meio de um intenso refinamento intelectual. Essa valorização da experiência humana, por sinal, é um dos elementos que veio a fundamentar a teologia de James Cone, tanto que este afirmou:

Aquilo que escrevo é expelido de meu sangue" e do sangue dos negros de Bearden e de qualquer outro lugar que vê o que eu vejo, sente o que eu sinto e ama o que eu amo. Essa é a razão pela qual a teologia negra difere em perspectiva, conteúdo e estilo da tradição teológica ocidental transmitida desde Agostinho até Barth. Minha teologia não será a mesma que as de meus colegas brancos do Union Theological Seminary, porque nossa experiência é diferente (Cone, 1985, p. 11).

Dessa forma, foi por meio da experiência que King pôde compreender a extensão do mal coletivo e fugir de um sobrenaturalismo alienante que durante tanto tempo foi usado para colocar o povo negro na condição de expectantes da história, enquanto esperavam o "celeste porvir". Ao unir a erudição teológica americana/europeia com a oratória afro-americana, trouxe para o cenário das Igrejas Negras a potência de um evangelho capaz de mudar a realidade opressiva por meio da concreta compressão dos elementos que a constituem.

⁹ "And this sense of religion and of this divine companionship says to us, on the one hand, that we are not lost in a universe fighting for goodness and for justice and love all by ourselves." KING Jr., Martin Luther. *The Papers of Martin Luther King, Jr: Advocate of the Social Gospel*, September 1948–March 1963. Berkeley: University of California Press, 2007. p. 268.

Considerações finais

Há muito tempo, Martin Luther King inspira, com sua vida e obra, a luta dos movimentos negros, assim como mobiliza outras lutas sociopolíticas, em busca da dessegregação e inclusão de sujeitos cujas marcas raciais e sociais que carregam determinassem o seu lugar desigual na sociedade.

Pensamento a que Luther King se contrapunha desde muito novo, implementando, em vida, nas pregações pastorais e na luta do movimento pelos direitos civis, discursos de posituação dos negros e a conscientização dos líderes pastorais para a responsabilidade cristã de combater a segregação racial nos Estados Unidos e suas consequências sociais.

A luta contra a injustiça se fazia de diferentes formas naquele momento, mas Luther King levantava a bandeira de que os negros não deveriam usar da mesma violência física usada contra eles; pelo contrário, acreditava que os negros poderiam imprimir outras formas de mobilização, não violentas, para conquistar os direitos e a igualdade de tratamento pretendida.

Nesse sentido, a teologia negra, vivida por ele e pregada nos discursos dentro e fora da Igreja, foi a via utilizada para conscientizar, por meio da aproximação entre a vida sofrida do povo negro com a de Jesus Cristo, para a existência do racismo e seus impactos na sociedade, assim como para a necessidade de se estabelecer a justiça numa nação que se queria democrática e igual, entendendo que o justo é o respeito à liberdade e dignidade do sujeito, independente de quem seja.

Por todo o exposto, a luta travada por Luther King e outras personalidades políticas pela garantia dos direitos civis aos negros nos Estados Unidos é uma mobilização extremamente atual na luta pela igualdade num mundo ainda muito povoado por pensamentos e práticas segregacionistas e dilapidadoras da diferença, que perpetuam desigualdades sociais e fazem mais urgentes o combate à injustiça e o despertar das consciências para o justo.

Referências

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política I**. Trad. Carmen Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

BROWN, D. **Enterrem meu coração na curva de um rio**: a dramática história dos índios norte-americanos. Trad. Geraldo Ferraz. Porto Alegre: L&PM, 2015.

CARSON, C. Martin Luther King, Jr., and the African-American Social Gospel. In: JOHNSON, E. P. (org.). **African-American Christianity**: Essays in History. Berkeley: University of California Press, 1994. pp. 159-178.

CONE, J. H. **Black Theology and Black Power**. Maryknoll- New York: Orbis Book, 1997.

CONE, J. H. Cross and suffering: A black American perspective. **Black Theology Project**, 1993. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/archive-files/BtMay93.1015.2296.007.001.May1993.4.pdf>, Acesso em 05/fev/22.

CONE, J. H. **O Deus dos oprimidos**. Trad. José Xavier. São Paulo: Paulinas, 1985.

CONE, J. H. **Risks of Faith**: The Emergence of a Black Theology of Liberation: 1968-1998. Boston: Beacon, 1999.

CONE, J. H. Theologians and White Supremacy: an interview with James H. Cone. **America the Jesuit Review**, v. 195, n°. 16, 2006. Disponível em: <https://www.americamagazine.org/arts-culture/2006/11/20/theologians-and-white-supremacy-interview-james-h-cone>>. Acesso em 05/02/22.

CONE, J. H; WILMORE, G. S. (org.). **Teologia Negra**. Trad. José Xavier. São Paulo: Paulinas, 1996.

EISENBERG, P. L. **Guerra civil americana**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FEBVRE, L. **Martinho Lutero**: um destino. Trad. Dorothée Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

FICO, C. **Como eles agiam - os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo Companhia. das Letras, 1989.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [3ª ed].

JOSEPH, P. The Black Power Movement: A State of the Field. **Journal of American History**, v. 96, n. 3, 2009, pp. 751-776. Disponível em <https://academic.oup.com/jah/article-abstract/96/3/751/702952>. Acesso em 04/09/23.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KING Jr., M. L. **A autobiografia de Martin Luther King**. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

KING Jr., M. L. **The Papers of Martin Luther King, Jr**: Advocate of the Social Gospel, September 1948–March 1963. Berkeley: University of California Press, 2007.

KING Jr., M. L. **Um apelo à consciência**: os melhores discursos de Martin Luther King. Trad. Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KOFES, S. **Uma Trajetória, em Narrativas**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

MARTINS DE SOUZA, C; CASTRO, W. Não violência, cristianismo e sociedade em *O Reino de Deus está em Vós*, de Tolstói. **Teoliterária**, v. 11, nº. 24, 2021. pp. 475-500. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/50772/37999>. Acesso em 02/02/22.

MORAES, A de. **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral**. Comentários aos artigos 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2007. [8ª. ed].

MORENO, A. D. F. **La bicentenária Constitución norteamericana**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

RIBEIRO, E. C. Hermenêutica, interpretação, distância. **Sapere Aude**, v.4, n.8, 2013, pp. 254-265. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/6533>. Acesso em 01/09/23.

RICOUER, P. **Paul Ricouer**: o único e o singular. São Paulo: Editora da UNESP/ Belém: Editora da UFPA, 2002.

SARLO, B. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. Trad. Mirian Senra. São Paulo: Editora da USP, 2016.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo Das Raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUSA, R. F. de. **A nova esquerda americana**: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969). Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SOUTO, J. C. **Suprema Corte dos Estados Unidos**: principais decisões. São Paulo: Atlas, 2021. [4ª ed].

WOOD, G. S. **A Revolução americana**. Trad. Michel Teixeira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.